



## **PROGRAMA MULHERES MIL: UMA REFLEXÃO COM VISTAS AO EMPODERAMENTO DA MULHER**

**Dedilhana Lamare Manjabosco Hübner  
Indaia Dias Lopes  
Airton Adelar Mueller  
Denize Grzybovski**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo investigar a possibilidade de empoderamento e ampliação da condição de agente da mulher através do Programa Mulheres Mil. Parte-se dos fundamentos teóricos de desenvolvimento e de mulher enquanto agente, elaborados por Amartya Sen; e do empoderamento feminino, um desafio às relações patriarcais e ao poder dominante do homem. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa dos dados. O Programa Mulheres Mil tem por objetivo elevar a qualidade de vida e escolaridade das participantes e, conseqüentemente, das comunidades em que residem. Os resultados encontrados indicam que as mulheres participantes deste programa conseguiram melhorar a sua satisfação com a vida, sua saúde em geral, recuperaram sua autoestima, aumentaram sua escolaridade e o grau de profissionalização. Porém, a falta de um plano de continuidade após a conclusão dos cursos, o que desvincula as mulheres, pode limitar o seu retorno a escolarização. Conclui-se que o Programa Mulheres Mil pode vir a ampliar a condição de agente das participantes empoderando-as por conferir cidadania àquelas em condição de vulnerabilidade social, porém, existe a necessidade que este Programa seja reavaliado para que possa ser efetivo.

**Palavras-Chave:** Empoderamento feminino. Mulher cidadã. Política Pública. Programa Mulheres Mil.

### **1 Introdução**

A partir da metade do século XX, a luta das mulheres para conquistar sua cidadania esteve presente na sociedade brasileira (COSTA, 2009). A questão de gênero, apesar de ser um termo recente, passando a existir no meio acadêmico apenas na década de 1970 (BOCK, 1990 apud PETERSEN, 1999), tem sido uma temática muito estudada nas últimas décadas (BOCK, 1990; PIRES, 1997; BONI, 2004; BARROSO, 2004; SORJ, GOMES, 2011; SCHEFLER, 2014). No Brasil a utilização deste constructo ocorre concomitantemente ao movimento feminista no final do século XX e permite avançar tanto teoricamente quanto na construção de estratégias de luta das mulheres (CAMPOS, 2011). O movimento feminista consolida novas forças políticas e abre novas possibilidades para que as mulheres possam conquistar igualdade social.

No ano 2000 a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração do Milênio (2000), onde foram definidas metas, as quais se intitulou Metas do Milênio. Uma das decisões tomadas pelos 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países que



participaram dessa reunião foi a de “promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher”, por acreditarem que estes são meios eficazes de combate à pobreza, à fome e às doenças, bem como uma forma de “promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável”. Assim, as políticas públicas e a realização de ações visam a consolidação destas metas.

Com relação a meta exposta acima, foram instituídas ações através de políticas públicas para que as mulheres pudessem assumir seu papel de agentes ativas diante da sociedade, conseguindo exercer suas escolhas diante das opções que lhe são dadas, e assim, ter uma vida digna. É importante compreender a dinâmica construída pelas mulheres quando estas se colocam diante da possibilidade de transformar a sua realidade e refletir sobre a sua contribuição nas mudanças diárias de suas vidas e das pessoas em seu entorno (ZORZI, 2008). Assim, amplia-se o debate sobre os possíveis impactos de algumas políticas públicas no empoderamento feminino.

No Brasil o Plano Brasil sem Miséria foi criado em 02 de junho de 2011 pelo Decreto nº 7.492 tendo como finalidade superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações (BRASIL, 2011b). Tal plano tem como parte integrante o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no qual se encontra o Programa Mulheres Mil.

O Programa Mulheres Mil foi implantado inicialmente como Projeto Piloto em 2007, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, e apenas instituído nacionalmente em 2011. Este programa representa uma perspectiva de inclusão da mulher, enfatizando em um de seus eixos a promoção da equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra a mulher e propõe a elas o acesso a educação. A estratégia macro social do governo brasileiro refere-se à promoção da formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu acesso à educação profissional e à elevação de sua escolaridade de acordo com as necessidades de cada comunidade e região (BRASIL, 2011).

Segundo Amartya Sen (2010), o fato de oferecer às mulheres tanto educação quanto emprego como uma forma de fortalecimento de sua autonomia, faz com que essas possam ter a possibilidade de empoderamento dentro e fora da família. Este aumento de poder pode garantir que a condição de agente da mulher seja fortalecida e respeitada para que assim, possa ocasionar mudanças em sua realidade. Conforme Sen (2010), a condição de agente



refere-se ao fato do indivíduo agir e ocasionar mudanças, considerando a mulher como um importante agente transformador da sua realidade e dos demais que vivem ao seu entorno.

Este estudo é relevante pela representatividade populacional das mulheres, sua efetiva participação no mercado de trabalho brasileiro e a desigualdade de gênero ainda encontrada em neste país, evidenciado também pela disparidade do rendimento médio entre homens e mulheres. De acordo com o Censo 2010, a população brasileira era constituída por 190.755.799 indivíduos, sendo 97.348.809 mulheres e 93.406.990 homens. Deste total, 35.895.465 das brasileiras exerciam atividade profissional. Apesar das mulheres representarem mais da metade da população brasileira e estarem cada vez mais participando do mercado de trabalho, a sua renda ainda é diferenciada dos homens. Elas apresentam um rendimento médio de 73,9% do rendimento médio recebido por eles (IBGE, 2010). Neste contexto, o objetivo deste estudo foi investigar a possibilidade de empoderamento e ampliação da condição de agente das mulheres através da educação promovida pelo Programa Mulheres Mil.

Este estudo será apresentado em quatro sessões além desta introdução. Na sessão dois são apresentados os fundamentos teóricos que orientam o estudo, iniciando-se com as questões relativas ao desenvolvimento humano e a teoria das capacidades abordada por Amartya Sen, o empoderamento e a condição de agente da mulher, e uma breve contextualização das políticas públicas como geradoras de capacidades para a mulher. Na terceira sessão são apresentados os procedimentos metodológicos adotados. Na sessão quatro constam os dados coletados e as análises à luz da teoria e, na sequência, apresentam-se as conclusões do estudo.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Desenvolvimento Humano**

O conceito de desenvolvimento esteve por muito tempo apenas relacionado com o crescimento econômico de um país, região ou localidade (SIEDENBERG, 2003). Por volta do fim da década de 1960 e início da década de 1970, o Banco Mundial e a ONU incluíram em seus discursos o desenvolvimento como um processo de mudanças socioeconômicas, tendo então, as pessoas como atores principais.



No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) é um dos parâmetros que serve como medidor de desenvolvimento. Este índice segue a ideia de que os cidadãos se beneficiam de um aumento na produção agregada do seu país, mesmo não sendo uma medida de renda pessoal, assim, o PIB pode aumentar enquanto a maioria dos cidadãos de um país ficam mais pobres, ou proporcionalmente não tão ricos, pois este instrumento não considera o nível de desigualdade de renda de uma sociedade. A renda deve ser vista como um dos meios para o desenvolvimento, e não como um fim em si, pois o foco deve estar nos seres humanos e não no crescimento econômico (PNUD, 2016).

Outra forma utilizada para medir desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice foi criado a partir da teoria de Amartya Sen e apresenta-se como uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano de determinado território. A teoria apresentada por Amartya Sen sobre a abordagem das capacidades afirma que o desenvolvimento está diretamente relacionado com a liberdade que os indivíduos apresentam para levar a vida de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique o outro. Para Sen (2010), para que ocorra o desenvolvimento as privações de liberdade devem ser eliminadas, pois estas limitam as escolhas e as oportunidades para que os indivíduos exerçam sua capacidade de agente.

O avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar três dimensões básicas: renda, saúde e educação. Foi por esta necessidade de pensar o desenvolvimento por outros ângulos que surge o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual executa diversos projetos em diferentes áreas, oferecendo aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional (PNUD, 2016).

No Brasil os projetos são realizados entre a parceria do governo brasileiro com instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil. Para o PNUD:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades (PNUD, 2016).

De acordo com o PNUD (2016), o desenvolvimento não pode ser medido e discutido apenas pelo viés econômico, pois ele está essencialmente ligado às oportunidades que a



população possui de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura. Para o referido órgão, o conceito de desenvolvimento humano considera que para uma população melhorar a qualidade de vida é necessário que sejam consideradas outras características que impactam na qualidade de vida, além das econômicas, tais como: sociais, culturais e políticas.

Esse conceito apresentado pelo PNUD é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente desde 1990. O desenvolvimento deve relacionar-se a uma melhoria na qualidade de vida que os indivíduos se encontram (SEN, 2010) e eliminar os obstáculos que dificultam as pessoas a exercer a condição de agir (PNUD, 2014).

Trata-se de habilitar os desfavorecidos e excluídos a exercer os seus direitos, fazer-se ouvir e tornar-se agentes ativos na determinação do seu destino. No RDH 2014, encontra-se a ideia de Amartya Sen que discute o desenvolvimento como liberdade e apresenta o ser humano na condição de agente, como alguém que age e ocasiona mudanças.

A mulher é uma agente de mudança social, de um modo como só ela consegue ser, uma geradora de mudanças no lar, no trabalho, na sociedade e na cultura das pessoas a sua volta (SEN, 2010). O acesso à educação contribui também para o aperfeiçoamento de seus valores morais e fortalece suas relações sociais, o que permite a construção de uma nova realidade para as mulheres e possibilita sua independência financeira.

## **2.2 Empoderamento da mulher e sua condição de agente**

Nas últimas décadas a mulher vem conquistando seu espaço nas grandes organizações, na política, na educação e em muitas outras áreas. A busca pelo empoderamento da mulher é um assunto atual, presente não só no universo acadêmico, mas sim, junto à mídia e a toda sociedade. A temática referente ao empoderamento feminino se expande à medida que se compreende a mulher como protagonista social na história (MIRANDA; SILVEIRA; HOELTGEBAUM, 2008).

A Organização Mundial da Saúde - OMS (1998) define empoderamento como:

um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de



envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades .

Para Mageste; Melo e Ckagnazaroff (2008), o empoderamento apresenta-se em três níveis: o individual, o relacional e o contextual. Estes três níveis são vistos como uma espiral que vai se ampliando, interligada e circundada por relações de poder. Todos se apresentam intimamente ligados uns aos outros, interferindo, exercendo e sofrendo pressões uns dos outros. Caso ocorram mudanças em um nível, os demais também sofrerão adaptações e mudanças. Portanto, a ação de um acaba gerando uma reação de outro. Para os autores este processo só é considerado completo quando consegue transpassar pelos três níveis.

No nível individual proposto por Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) encontramos o nível de tomada de consciência pela mulher de que lhe falta meios para realizar seu potencial por completo e o desejo de mudança. Desta forma, a educação se constitui em um dos meios para que as mulheres consigam se emancipar e também é um pré-requisito para o empoderamento das mesmas (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008).

Uma das principais formas de reforçar a condição de agente da mulher está centrada inicialmente na sua alfabetização, seguida de sua educação propriamente dita. A educação lhe dá conhecimento, que a mesma poderá utilizar para ter um melhor nível de decisões e escolhas. Segundo Sen (2010), oferecer às mulheres educação e emprego (de maneira a fortalecer sua autonomia) seria o primeiro passo para aumentar seu poder de voz dentro e fora da família e permitir sua inclusão em um debate que as excluía. Para o autor, estes fatores contribuem para o fortalecimento de um papel mais ativo e também da condição de agente das mulheres, fortalecendo uma postura independente e de empoderamento.

A mulher que apresenta sua condição de agente respeitada e fortalecida tem a oportunidade de influenciar as decisões familiares nesta direção, ou seja, do bem-estar dos filhos e da família como um todo. Barroso (2004) apud Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) argumenta que mulheres que apresentam um nível educacional mais alto, geralmente têm melhores habilidades para melhorar sua qualidade de vida e de suas famílias, aproveitando e originando oportunidades. A autora ainda afirma que os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, incluindo a ampliação da potencialidade de geração de renda, da liberdade nas decisões pessoais, do domínio sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública. Esses efeitos, no entanto, não são automáticos e dependem de circunstâncias específicas e do contexto social, do nível de



desenvolvimento econômico, da situação do mercado de trabalho e, do grau de estratificação sexual na cultura predominante.

A abordagem do empoderamento implica no desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades (ROMANO, 2002). É preciso agentes livres e sustentáveis para que haja desenvolvimento.

Existem políticas públicas direcionadas que visam o aumento das capacidades humanas, gerando oportunidades sociais adequadas e permitindo à mulher poder moldar seu próprio destino e ajudar aos outros. É com base nestes dados que se continua a discussão do tema central deste artigo.

### ***2.3 Políticas Públicas geradoras de capacidades para a mulher***

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separadas ou em conjunto, a partir de demandas e propostas da sociedade. Segundo Boneti (2007, p. 74), entende-se por políticas públicas:

O resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

A universalidade das políticas públicas deve garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. As mulheres, sendo mais de 52% da população brasileira (IBGE, 2010), são sujeitas e protagonistas tanto de suas próprias vidas como da construção de um Brasil melhor, seja no âmbito econômico, social, político, cultural, como na eliminação de todos os preconceitos. Com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) a discussão sobre a mulher na sociedade ganhou força no Brasil e o combate à violência começou a acontecer de forma mais ampla e rigorosa, tendo início um conjunto de ações para a implantação de políticas públicas para as mulheres.



A busca pela diminuição da desigualdade reforça a necessidade de políticas específicas dentro do governo federal para a conquista da autonomia econômica das mulheres. Assim, a adoção de medidas que garantam a autonomia financeira das mulheres, como a capacitação profissional e ampliação da licença maternidade de quatro meses para seis meses, são duas das várias resoluções aprovadas durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), em meados dezembro de 2011, e ratificadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), no início de fevereiro de 2012.

As políticas orientam as ações do Estado a fim de combater problemas decorrentes de práticas que inviabilizam o processo de participação social e política democrática e igualitária, de mulheres e homens.

### **3 Metodologia**

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, que foi desenvolvida pela estratégia de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa dos dados. O levantamento destes dados foi obtido através de artigos científicos e anais de eventos produzidos a partir de estudos sobre a realidade, mudanças e perfis das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil.

Também se realizou uma busca por dados descritos nos relatórios do Programa Mulheres Mil, disponibilizados eletronicamente nos sites oficiais do governo federal (exemplo: Ministério da Educação – MEC). Além disso, foram utilizadas as bases de dados estatísticos da FEE e os relatórios disponibilizados pelo Comitê Gestor do Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD no Brasil (PNUD Brasil).

Primeiramente buscou-se ter uma visão geral do Programa Mulheres Mil, sua história e objetivos. Após, realizou-se uma análise dos estudos já produzidos identificando atitudes e ações que possam inferir o empoderamento das mulheres durante e após sua participação no Programa Mulheres Mil, através da educação viabilizada pelo mesmo.

### **4 Análise e Discussão dos dados**

O Programa Mulheres Mil integra o Plano Brasil sem Miséria, o qual teve início em junho de 2011, com o intuito de superar a extrema pobreza no país (BRASIL, 2011b). Ele





refere-se à pobreza não apenas relacionada à questão da renda, mas sim tendo a preocupação com as diversas dimensões em que a mesma se manifesta. Assim, este plano, prioriza desde a segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, até a qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho dos indivíduos que se encontram em situação de miséria em nosso país. É coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e conta com a participação de 22 ministérios, além da parceria de estados e municípios, de bancos públicos, do setor privado e da sociedade civil.

O Brasil sem Miséria conta com três eixos: a) garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; b) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; c) inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade. Junto ao Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (BRASIL, 2013) encontram-se algumas metas que confirmam a relevância da temática apresentada neste artigo. São elas:

- Atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados (Programa Mulheres Mil);
- Capacitar 100 mil mulheres até 2014 (Programa Mulheres Mil);
- Ampliar a taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho;
- Estimular a formulação e difusão de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres;
- Atuar para a aprovação de legislação, e sua regulamentação, para maior igualdade no mundo do trabalho, incluindo ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas e ênfase na formalização.
- Ampliar a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho.

A Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, do Ministério da Educação, instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2011a), fazendo parte de um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Conforme o Ministério da Educação, em 2013 o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por meio da iniciativa Bolsa Formação. Esta oferta é resultante da parceria entre o MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à



Fome (MDS). O Programa possibilita que mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade.

O Programa Mulheres Mil apresenta como objetivo promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, garantindo acesso à educação profissional e à elevação da escolaridade, de acordo com as necessidades de cada comunidade e região. O programa está estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. O mesmo promove a inclusão social e econômica das mulheres, por meio da oferta de formação focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção no mundo do trabalho, através da melhoria do seu potencial, para que as mesmas consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas famílias.

Inicialmente o Programa Mulheres Mil foi implantado como Projeto Piloto em 2007, realizado em 12 estados da região norte e nordeste do país, por meio de uma parceria com a *Association of Canadian Community Colleges (ACCC)* do Canadá. Diante dos resultados obtidos, o Ministério da Educação (MEC) instituiu-o nacionalmente em 2011. Os cursos profissionalizantes ofertados às mulheres, através deste programa são de Formação Inicial e Continuada (FIC), com carga horária mínima de 160 horas. Os cursos privilegiam através de uma metodologia específica (metodologia Acesso, Permanência e Êxito) temas como direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da autoestima, entre outros. Sua principal preocupação está na promoção da inclusão produtiva, da mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. As instituições parceiras deste programa são: a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As Instituições ofertantes do programa são os Institutos Federais (IFs).

Conforme o MEC (2011), o projeto piloto do programa Mulheres Mil contribuiu na vida das mulheres que participaram do mesmo, pois auxilia na descoberta das mesmas, que são cidadãs, que têm direitos, além de melhorar sua autoestima, as relações com seus familiares e amigos, e estimular o retorno para os bancos escolares em busca de mais conhecimento.

Desde a sua criação, o Programa Mulheres Mil vem sendo alvo de muitos estudos científicos (FURTADO et al., 2012; FRANCO, 2013; SILVA, 2013; ALVES; LITZ;



TRENNEPOHL, 2014; DE BROUTELLES et al., 2014; PANARIR-ANTUNES et al., 2016). Estes estudos foram desenvolvidos em diversos estados brasileiros, como por exemplo, Maranhão (SILVA, 2013), Bahia (FRANCO, 2013), Minas Gerais (DE BROUTELLES et al., 2014) e Rio Grande do Sul (ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014). Neste artigo serão apresentados os resultados de alguns destes estudos, verificando teoricamente as conclusões estabelecidas pelos mesmos.

No Rio Grande do Sul, Alves, Litz e Trennepohl (2014) realizaram um estudo sobre o Programa Mulheres Mil do Instituto Federal Farroupilha (IF) - Campus de Santo Augusto. Este IF aderiu ao Programa Mulheres Mil em 2011 oferecendo cem vagas. O processo seletivo efetivou-se em duas etapas, iniciando com inscrição e entrevista, e, posteriormente, a avaliação da documentação exigida e do questionário socioeconômico entregue. O resultado foi divulgado no dia 14 de dezembro de 2011, por meio de notícia vinculada no site da Instituição, e um comunicado enviado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município. Como o desafio do município estava focado na diversificação da produção e a agregação de valor aos produtos regionais, o Programa viabilizou como área de atuação do curso a Conservação e Higienização de Alimentos (ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014). A formatura da 1ª turma do Curso Higiene, Conservação e Produção de Alimentos aconteceu no dia 10 de dezembro de 2012, no Salão da Capela Nossa Senhora Aparecida. A cerimônia certificou 87 alunas da cidade e do meio rural de Santo Augusto, sendo que sete delas, além da participação no curso de qualificação profissional, também foram alfabetizadas ao longo do ano. A alfabetização de algumas participantes pode ser considerada uma forma de ampliar a condição de agente dessas mulheres, pois conforme Sen (2010), uma das principais formas de reforçar a condição de agente da mulher centra-se inicialmente na alfabetização.

Segundo Alves, Litz e Trennepohl (2014), as mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil em Santo Augusto no ano de 2013, apresentavam-se felizes em poder estar realizando um curso, por terem a oportunidade de voltar a estudar, bem como por ter uma maior socialização, estreitamento de vínculos de amizades e a elevação de sua autoestima. Estes resultados evidenciam que o programa conseguiu atingir alguns de seus objetivos, em contrapartida, uma parcela dessas mulheres entrevistadas novamente no ano de 2014, relatou que ainda não havia conseguido efetivamente atuar no mercado de trabalho e colocar em prática os conhecimentos adquiridos, exceto em seu próprio lar. Nestas constatações fica evidente que apesar do Programa ser importante para as mulheres



enquanto propulsor de uma melhora em sua qualidade de vida e de suas famílias, melhorando sua autoestima e socialização, o mesmo ainda não consegue atingir o objetivo de inserção das mesmas no mercado de trabalho, profissionalização e melhora de seus rendimentos. Assim, conforme o estudo de Alves, Litz e Trennepohl (2014), pode-se inferir que o Programa incentiva e instiga o aprendizado das mulheres participantes, mas acaba não sendo realmente eficaz no seu objetivo de inclusão e mobilidade das mesmas no mundo do trabalho.

No estudo realizado por Franco (2013) junto ao Instituto Federal Baiano - Campus Valença, percebeu-se que as mulheres participantes sentiam-se valorizadas pelo contato com o espaço acadêmico, pela interação com a equipe de profissionais e aproximação com outras mulheres com o desejo de mudança (FRANCO, 2013). Esta valorização também se dá pelo fato de adquirirem uma consciência crítica que pode ser diferente das representações sociais que tinham do ser mulher. Nesta perspectiva de Franco (2013), pode-se constatar que o Programa auxilia as mulheres no seu processo de empoderamento, pois o fato do mesmo possibilitar que estas possam entrar em contato com sua consciência crítica diante de seu papel enquanto mulher, as possibilita o empoderamento à nível individual, conforme proposto por Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008).

Outro estudo refere-se ao Instituto Federal Paraná (IFPR) - Campus Paranavaí. Tanto as alunas que ainda frequentavam o programa quanto as egressas, apresentaram satisfação e contentamento em relação ao programa (PANARIR-ANTUNES et al., 2016). Elas citaram ter tido oportunidade para ter uma vida melhor, conhecimento, aprendizado, oportunidade de voltar a estudar e aumento de autoestima. Através da análise de relatos das participantes do programa verifica-se que houve uma elevação da sua autoestima, bem como uma mudança de perspectiva de vida das mesmas, pois começam a visualizar outras possibilidades, de ser “alguém”, que têm capacidades para realizar seus sonhos e ter uma vida melhor (PANARIR-ANTUNES et al., 2016). Neste estudo também se pode inferir que o fato da mulher ter participado do Programa faz com que a mesma consiga empoderar-se à nível individual (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008), tendo consciência de suas potencialidades para além do que lhe estava posto até o momento. Outro dado levantado refere-se ao fato do programa ter servido como estímulo para as mulheres darem continuidade em seus estudos.

Segundo De Broutelles et al. (2014), em estudo realizado no IF Sudeste de Minas Gerais - Campus Barbacena, percebeu-se que aparentemente houve uma melhora na



autoestima das participantes do Programa Mulheres Mil. Os autores afirmam que esta melhora pode vir a ter resultados positivos em toda a vida destas mulheres, tanto no âmbito familiar quanto no social. O Programa pode transformá-las até mesmo em empreendedoras, pois muitas acabam visualizando possibilidades de inserção e participação social a partir de ações comunitárias e da economia solidária, o que contribui no aumento de sua capacidade produtiva e econômica (DE BROUTELLES et al., 2014).

Neste estudo, De Broutelles et al. (2014), constatou que 80% das mulheres que haviam participado do curso de Cuidador de Idosos encontravam-se trabalhando nesta área após o curso, e as participantes do curso de Auxiliar de Cozinha haviam se unido para abrir uma lanchonete. Algumas se encontram produzindo e comercializando doces, bolachas e bolos, e outras ainda conseguiram se inserir no mercado formal. Uma das participantes foi contratada por uma empresa que presta serviços para o IF em questão neste estudo, IFSudeste MG – Campus Barbacena. O estudo ainda afirma que além do aumento da autoestima, algumas mulheres conseguiram atingir o objetivo do Programa de acessar o mercado de trabalho e melhorar sua renda. Estes resultados demonstram que a participação no Programa pode ter impactos positivos para a mulher. Como o empoderamento pode ocorrer de diferentes formas para cada mulher, pode-se constatar que estas poderão apresentar, conforme seu histórico de vida, ambiente que estão inseridas e relações a que estão expostas, diferentes níveis de empoderamento. Dependendo do nível de empoderamento, a mulher também poderá ter uma maior ou menor condição enquanto agente de mudanças.

Em pesquisa sobre o Programa Mulheres Mil realizada por Oliveira (2015) no estado de Alagoas (IF Campus Murici), o Programa elegeu a formação em Artesã de Biojoias. Este curso teve o intuito de fomentar a consciência ecológica e assim conseguir atuar na preservação do patrimônio natural da região que ainda detém um extenso e rico território de mata atlântica. Das cem mulheres que se matricularam no curso, 79 conseguiram concluir o curso com êxito. Este fato pode estar relacionado com o desejo mencionado pelas participantes em realizar um curso deste âmbito anteriormente ao disponibilizado pelo IF.

Conforme Oliveira (2015), com o ingresso do Programa Mulheres Mil no PRONATEC, o número de vagas pode ser aumentado de 100 para 140 vagas, que foram distribuídas em quatro cursos sempre relacionados às necessidades da região. Nesta segunda edição do Programa em Murici, foi estruturado um planejamento para contemplar a cadeia produtiva regional com qualificação desde a coleta de matéria-prima até a venda da



peça final, já pensando na formação de associações (OLIVEIRA, 2015). Em 2015, o Programa estava no seu terceiro ano e teve suas ações estendidas também para o município de Branquinha como Unidade Remota do Campus Murici. O IF Alagoas Campus Murici, neste ano estava preocupado com o ingresso das participantes do Programa Mulheres Mil no mundo do trabalho, realizando o contato com instituições governamentais de financiamento e assessoria na área de economia na tentativa de consolidar o ingresso das mesmas através de práticas da economia solidária, como por exemplo, o cooperativismo e o associativismo. Nesta pesquisa se pode verificar que há indícios que os responsáveis pelo Programa Mulheres Mil estão empenhados em viabilizar de forma eficaz os objetivos deste programa, não apenas preocupando-se com estas mulheres enquanto alunas dos cursos do programa, mas sim, enquanto cidadãos responsáveis por melhorar a sua qualidade de vida e de todos que estão ao seu redor, auxiliando assim no desenvolvimento de suas localidades e regiões.

O estudo realizado por Bordignon (2016) confirma que a maioria dos cursos realizados pelo Programa Mulheres Mil está muito mais direcionado para a organização de cooperativas e para o empreendedorismo, do que propriamente para a qualificação profissional com o aumento da escolaridade das participantes. Esta autora questiona este fato e argumenta que o programa apresenta falhas em sua estrutura pelo fato de não apresentar um apoio técnico e financeiro adequados para dar sustentação a este direcionamento. Outro questionamento desta pesquisadora se dá ao fato do Programa não apresentar um plano de continuidade para as participantes, que logo após o término do curso são desvinculadas do IF e perdem a bolsa de estudos, o que pode vir a limitar a continuação de sua escolarização, bem como, a organização das mesmas em cooperativas ou associações. Conforme Bordignon (2016), o Programa Mulheres Mil é muitas vezes acessado por mulheres que já fazem parte de cooperativas como forma de uma melhor qualificação relacionada ao trabalho que já executavam, ou que estão em busca de empregos em cooperativas já existentes em sua região.

Através do estudo de Franco (2013) o perfil das participantes do Programa Mulheres Mil no IF Baiano constituiu-se por mulheres entre 19 e 47 anos, tendo 12% com 30 anos. A grande maioria donas de casa (84%), com ensino médio incompleto (56%), solteiras (52%), com renda menor que um salário mínimo (32%), e 60% destas têm entre 01 e 02 filhos. No estudo realizado por Alves, Litz e Trennepohl (2014) o perfil das mulheres que participaram da primeira turma do Programa Mulheres Mil no IF Farroupilha/RS é assim representado:



moradoras da zona urbana, faixa etária entre 30 e 39 anos, ensino fundamental incompleto, donas de casa, casadas e com filhos, a maioria não possui renda, e a renda familiar é de apenas um salário mínimo na maioria dos casos (ALVES; LITZ; TRENNEPOHL, 2014). Portanto, o perfil das mulheres participantes estão condizentes com os objetivos do Programa, ou seja, mulheres em situação de vulnerabilidade social, para que possam aumentar sua escolaridade dentro de uma perspectiva cidadã.

Um questionamento realizado por Bordignon (2016) ao Programa Mulheres Mil é o fato do mesmo não articular iniciativas relacionadas ao fato de muitas mulheres terem filhos e necessitarem de creches para os mesmos. Pois sem ter onde deixar os filhos muitas das mulheres em situação de vulnerabilidade, mesmo desejando modificar sua existência, não conseguem realizar os cursos ou necessitam se afastar para cuidar dos filhos. Uma dificuldade encontrada no estudo de Panarir-Antunes et al. (2016) durante a realização do Programa Mulheres Mil refere-se à evasão das participantes, que obteve uma porcentagem de 50% do total que iniciou. Portanto das 100 mulheres matriculadas, apenas 50 concluíram o curso. Este alto índice de evasão, foi diagnosticado neste estudo pelo fato de 20% destas terem conseguido um emprego durante a realização do curso. Mas o fato da dificuldade em conciliar trabalho e o cuidado dos filhos, faz também com que muitas mulheres após o curso não busquem um emprego formal, mas trabalhem em casa.

## 5 Considerações Finais

Resgatando algumas discussões e á luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen, em que a liberdade está na possibilidade de escolhas, afirma-se que o Programa Mulheres Mil é uma possibilidade de escolha e emancipação da mulher no sentido efetivo. O fato dos Institutos Federais disponibilizarem o Programa Mulheres Mil, e conseqüentemente a possibilidade de realização de um curso de formação e capacitação, dá a chance as mulheres participantes de melhorar sua condição de agente. Porém, dependerá desta mulher escolher em fazê-lo ou não, sendo responsável por suas escolhas.

As políticas estabelecidas neste programa reforçam a importância de se desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais com o objetivo de diminuir a diferença de rendimentos. Soma-se a este o objetivo de aumentar a formalização das mulheres, as carteiras assinadas e conseqüentemente, a garantia de direitos trabalhistas para elas, pois das mulheres



economicamente ativas, 17% são trabalhadoras domésticas e a maioria não tem registro em carteira (IBGE, 2010). Fato este que muitas vezes torna-se inviável para as mulheres que precisam cuidar dos filhos, e acabam realizando trabalhos informais em suas casas.

Buscando a educação, formação profissional, desenvolvimento socioeconômico, inclusão social e profissional da mulher, o Programa Mulheres Mil busca contribuir para o empoderamento da mulher e de seu desenvolvimento pessoal, bem como, para o desenvolvimento de toda a comunidade a qual estas fazem parte.

Portanto, conforme os resultados de alguns estudos apresentados neste artigo, as mulheres participantes do Programa Mulheres Mil conseguiram melhorar a sua satisfação com a vida, sua saúde em geral, recuperaram sua autoestima, aumentaram sua escolaridade e seu grau de profissionalização. Porém, o Programa não consegue realmente atingir a qualificação profissional com aumento de escolaridade, pela falta de um plano de continuidade após a sua conclusão, o que desvincula as mulheres e pode limitar o seu retorno a escolarização. Conclui-se que o Programa Mulheres Mil pode vir a ampliar a condição de agente das participantes empoderando-as por conferir cidadania àquelas em condição de vulnerabilidade social, porém existe a necessidade que este Programa seja reavaliado para que possa se efetivo.

Este estudo amplia o conhecimento sobre os resultados do Programa Mulheres Mil em diferentes estados, bem como, sobre as experiências e mudanças que o mesmo pôde vir refletir na vida de suas participantes e de seus familiares. Porém, a realização desta pesquisa faz surgir novos questionamentos, verificando a relevância de uma pesquisa empírica com as mais diversas participantes do programa, para conhecer a atual realidade, sua percepção quanto as mudanças que possam ter ocorrido a partir desta experiência e compreender a efetividade da educação promovida no seu processo de empoderamento e na sua condição de agente promotora de mudanças.

## **AGRADECIMENTO:**

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos PROSUP.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, C. M. T; LITZ, C. B. O; TRENNEPOHL, D. Análise do Programa Mulheres Mil. In: Jornada de Pesquisa, XIX, 2014, Ijuí. **Anais...** Ijuí: Salão do Conhecimento, 2014.





BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 573-582, dez. 2004.

BOCK, G. História, histórias das mulheres, história de gênero. **Penélope**: revista de história e ciências sociais, n. 4, p. 147-178, 1990.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2007.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 289-302, abr. 2004.

BORDIGNON, L. O Programa Mulheres Mil e o cooperativismo no Brasil. **Trabalho Necessário**, ano 14, n. 24, p. 127-144, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil. **Diário Oficial da União**, n. 140, p. 38, 22 de julho de 2011a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil sem Miséria. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 03 jun. 2011b. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/D7429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7429.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

COSTA, A. A. A. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmica de uma intervenção política. MELO, H. P. et al (orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009. Coleção Educação para todos.

DE BROUDELLES, A. M. V. et al. Experiências e vivências do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Barbacena. In: ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO, 18, 2014, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014.

MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpad, 2008.

MEC. Ministério da Educação. **Mulheres mil**: do sonho à realidade: Thousand women: making dreams come true = Milefemmes: du revê à laréalité. Organização: Stela Rosa – Brasília: Ministério da Educação, 2011.

FRANCO, M. A. C. Políticas públicas de gênero e empoderamento das mulheres de classe popular: a experiência do Programa Mulheres Mil no IF Baiano Campus Valença – BA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2103, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: 2013.



INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Edital nº 143**. Disponível em:  
<[http://www.sa.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201110220201679620111018152115844edital\\_n%C2%BA\\_143\\_programa\\_mulheres\\_mil.pdf](http://www.sa.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201110220201679620111018152115844edital_n%C2%BA_143_programa_mulheres_mil.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2016.

MIRANDA, C. M. S.; SILVEIRA, A. S.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo Feminino: Características das Gestoras em uma Instituição de Ensino Superior. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpad, 2008.

OLIVEIRA, E. C. de. Programa Mulheres Mil: uma experiência de inclusão em Murici/AL. In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12, 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba, PUCPR, 2015.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Glossary of health promotion terms**. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Educations and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

PANARIR-ANTUNES et al. Análise do “Programa Mulheres Mil” no IFPR, Campus Paranavaí: a transformação social de mulheres em busca da igualdade de gênero. **Holos**, ano 32, v.1, p. 153-160, 2016.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em:  
<[www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx](http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx)>. Acesso em: 05 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração do Milênio**. Disponível em:  
<[www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Humano - 2014**. Disponível em:  
<[http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHGlobais](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PETERSEN, A. “Discutindo o uso da categoria gênero e as teorias que respaldam estudos de gênero”. ROSO, A; MATTOS, F; WERBA, G; STREY, M (org.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

PIRES, V. L. Relações de gênero: efeitos de sentido no discurso da imprensa. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 103-124, mar. 1997.

ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento. O real e o aparente: Sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, mar. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



SORJ, B.; GOMES, C. C. O gênero da “Nova Cidadania”: O programa Mulheres Da Paz. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n.2, p. 147-164, nov. 2011.

ZORZI, A. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf Mulher em Ijuí/RS. 2008. 137 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.